

**CADERNO DE ENCARGOS**  
**FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS**  
**(Acordo-Quadro de Combustíveis Rodoviários da**  
**Central de Compras da LIPOR – Lote 1)**

|                                                                                   |                                                |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
|  | <b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b> |                                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>                    | <b>Fornecimento de Combustíveis Rodoviários</b> |                                           |
|                                                                                   | <b>NIPG</b>                                    | <b>10672/21</b>                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>UNIDADE ORGÂNICA</b>                        | <b>DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE</b>   | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-02   06 |

## Índice

|                                                                     |           |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>                        | <b>3</b>  |
| Cláusula 1.ª   Objeto .....                                         | 3         |
| Cláusula 2.ª   Contrato .....                                       | 3         |
| Cláusula 3.ª   Prazo de vigência do contrato .....                  | 3         |
| Cláusula 4.ª   Alterações ao contrato .....                         | 4         |
| <b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>                   | <b>4</b>  |
| <b>SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR .....</b>                     | <b>4</b>  |
| SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....                               | 4         |
| Cláusula 5.ª   Obrigações principais do fornecedor .....            | 4         |
| Cláusula 6.ª   Conformidade e operacionalidade dos bens .....       | 5         |
| Cláusula 7.ª   Entrega dos bens objeto do contrato .....            | 5         |
| SUBSEÇÃO II - DEVER DE SIGILO .....                                 | 5         |
| Cláusula 8.ª   Objeto do dever de sigilo .....                      | 5         |
| Cláusula 9.ª   Prazo do dever de sigilo .....                       | 6         |
| <b>SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO .....</b>          | <b>6</b>  |
| Cláusula 10.ª   Preço contratual .....                              | 6         |
| Cláusula 11.ª   Formação do preço .....                             | 6         |
| Cláusula 12.ª   Condições de pagamento .....                        | 6         |
| <b>CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>     | <b>7</b>  |
| Cláusula 13.ª   Penalidades contratuais .....                       | 7         |
| Cláusula 14.ª   Força maior .....                                   | 8         |
| Cláusula 15.ª   Resolução por parte do contraente público .....     | 8         |
| Cláusula 16.ª   Resolução por parte do fornecedor .....             | 9         |
| <b>CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>                    | <b>9</b>  |
| Cláusula 17.ª   Foro competente .....                               | 9         |
| <b>CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>                        | <b>9</b>  |
| Cláusula 18.ª   Subcontratação e cessão da posição contratual ..... | 9         |
| Cláusula 19.ª   Comunicações e notificações .....                   | 10        |
| Cláusula 20.ª   Boa-fé .....                                        | 10        |
| Cláusula 21.ª   Contagem dos prazos .....                           | 10        |
| Cláusula 22.ª   Legislação aplicável .....                          | 10        |
| <b>CAPÍTULO VI – CLÁUSULAS TÉCNICAS .....</b>                       | <b>10</b> |
| Cláusula 23.ª   Cartões de abastecimento .....                      | 10        |
| Cláusula 24.ª   Relatórios de gestão .....                          | 11        |

|                                                                                   |                                                |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
|  | <b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b> |                                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>                    | <b>Fornecimento de Combustíveis Rodoviários</b> |                                           |
|                                                                                   | <b>NIPG</b>                                    | <b>10672/21</b>                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>UNIDADE ORGÂNICA</b>                        | <b>DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE</b>   | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-02   06 |

## CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

### Cláusula 1.ª | **Objeto**

- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de fornecimento de combustíveis rodoviários para viaturas e máquinas do Município de Espinho, ao abrigo do acordo-quadro de Combustíveis Rodoviários – Lote 1 pela Central de Compras da LIPOR.
- Quantidades estimadas e características técnicas a satisfazer:
  - Gasóleo simples: 200.000 litros
  - Gasolina simples: 20.000 litros.

### Cláusula 2.ª | **Contrato**

- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - O presente caderno de encargos;
  - A proposta adjudicada;
  - Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do acordo-quadro.
- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação em vigor) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3.ª | **Prazo de vigência do contrato**

- O contrato inicia a sua vigência com a sua assinatura e abrangerá o período temporal entre o dia 1/1/2022 até 31/12/2023, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- O contrato cessará os seus efeitos atingindo o limite máximo de litros previsto ou o valor contratual, consoante a situação que vier a ocorrer primeiro.
- O contrato pode, nos termos da alínea a) do artigo 312.º do CCP e por iniciativa do Município de Espinho, ser objeto de modificação para prorrogação do seu término se o limite máximo de litros previsto ou o valor contratual não houverem ainda sido atingidos em tal momento.

|                                                                                   |                                                |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
|  | <b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b> |                                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>                    | <b>Fornecimento de Combustíveis Rodoviários</b> |                                           |
|                                                                                   | <b>NIPG</b>                                    | <b>10672/21</b>                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>UNIDADE ORGÂNICA</b>                        | <b>DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE</b>   | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-02   06 |

4. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa do Município de Espinho ou a requerimento do fornecedor dos bens, podendo o seu prazo total exceder o prazo máximo estabelecido na primeira parte do n.º 1 do artigo 440.º do CCP se se verificar, de forma fundamentada, alguma das situações previstas ao abrigo do disposto na parte final desse mesmo n.º 1 do artigo 440.º do CCP.

#### Cláusula 4.ª | **Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração ao contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O contrato pode ser alterado por:
  - a. Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b. Decisão judicial ou arbitral;
  - c. Razões de interesse público, alterações anormais e imprevisíveis de circunstâncias ou, ainda e por iniciativa do Município de Espinho, em execução de cláusula contratual que preveja possibilidade de modificação do contrato, nos termos do artigo 312.º do CCP.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

#### **SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### Cláusula 5.ª | **Obrigações principais do fornecedor**

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
  - a. Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
  - b. Fornecer os bens, conforme as especificações do presente caderno de encargos;
  - c. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
  - d. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o fato que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
  - e. Não alterar as condições do fornecimento dos bens, fora dos casos previstos no caderno de encargos do acordo-quadro com as especificações do presente caderno de encargos;

|                                                                                   |                                                |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
|  | <b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b> |                                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>                    | <b>Fornecimento de Combustíveis Rodoviários</b> |                                           |
|                                                                                   | <b>NIPG</b>                                    | <b>10672/21</b>                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>UNIDADE ORGÂNICA</b>                        | <b>DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE</b>   | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-02   06 |

- f. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- g. Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h. Manter o sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- i. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup> | **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante o Município de Espinho por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup> | **Entrega dos bens objeto do contrato**

1. O abastecimento dos produtos será efetuado nos postos de abastecimento da adjudicatária.
2. Os postos de abastecimento deverão estar situados no máximo no raio de 6km a partir do edifício dos Armazéns Gerais da Câmara Municipal de Espinho, sito na Zona Industrial de Silvalde, com a localização geográfica 40º 59' 43.5" N 8º 38' 25.7" W.

### **SUBSECÃO II - DEVER DE SIGILO**

#### Cláusula 8.<sup>a</sup> | **Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Espinho, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

|                                                                                   |                                                |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
|  | <b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b> |                                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>                    | <b>Fornecimento de Combustíveis Rodoviários</b> |                                           |
|                                                                                   | <b>NIPG</b>                                    | <b>10672/21</b>                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>UNIDADE ORGÂNICA</b>                        | DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE          | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-02   06 |

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 9.ª | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

#### Cláusula 10.ª | **Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho obriga-se a pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### Cláusula 11.ª | **Formação do preço**

1. A formação do preço resulta da aplicação do desconto unitário acordado sobre o preço de referência do litro de combustível, IVA não incluindo.
2. O preço unitário deve ser indicado em algarismos com o máximo de 2 casas decimais.
3. O preço unitário de referência poderá ser alterado durante o período do contrato, conforme for indicado na proposta. Contudo o desconto indicado na proposta manter-se-á inalterável.
4. O desconto unitário sobre o preço de referência não poderá ser inferior a €0,10 por litro, IVA não incluindo.
5. A entidade adjudicatária deverá enviar todas as segundas-feiras, via correio eletrónico, para o endereço. [carolina.santos@cm-espinho.pt](mailto:carolina.santos@cm-espinho.pt) o preço de referência para a semana.

#### Cláusula 12.ª | **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Espinho, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Espinho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

|  | CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS |                                          |                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------------------|---------------------|
|                                                                                   | NOME DO PROCEDIMENTO                    | Fornecimento de Combustíveis Rodoviários |                     |
|                                                                                   | NIPG                                    | 10672/21                                 |                     |
|                                                                                   | UNIDADE ORGÂNICA                        | DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE   | CODIFICAÇÃO         |
|                                                                                   |                                         |                                          | PS02-00-IMP-02   06 |

- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
- As faturas deverão ser enviadas para o Município de Espinho – Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, Apartado 700, 4501-901 Espinho ou então através de correio eletrónico para o endereço [contabilidade@cm-espinho.pt](mailto:contabilidade@cm-espinho.pt) com a indicação do número de compromisso.
- Em caso de discordância por parte do Município de Espinho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

### CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

#### Cláusula 13.ª | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos cartões de abastecimento, a sanção a aplicar é calculada da seguinte forma:

$$VS(€) = 25 \times c \times t$$

*Em que:*

*VS(€) – Valor da sanção em euros;*

*c – Número de cartões em falta;*

*t – Número de dias de incumprimento.*

- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Espinho pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Espinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- O Município de Espinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Espinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

|  | <b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b> |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
|                                                                                   | <b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>                    | <b>Fornecimento de Combustíveis Rodoviários</b> |                                           |
|                                                                                   | <b>NIPG</b>                                    | <b>10672/21</b>                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>UNIDADE ORGÂNICA</b>                        | <b>DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE</b>   | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-02   06 |

#### Cláusula 14.<sup>a</sup> | **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup> | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente nos seguintes casos:
  - a) Não satisfação das especificações técnicas do produto conforme a legislação em vigor;
  - b) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
  - c) Incumprimento, por parte do fornecedor, das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis.

|                                                                                   |                                                |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
|  | <b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b> |                                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>                    | <b>Fornecimento de Combustíveis Rodoviários</b> |                                           |
|                                                                                   | <b>NIPG</b>                                    | <b>10672/21</b>                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>UNIDADE ORGÂNICA</b>                        | <b>DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE</b>   | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-02   06 |

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Espinho.

#### Cláusula 16.<sup>a</sup> | **Resolução por parte do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando, qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 17.<sup>a</sup>.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Espinho, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

### **CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### Cláusula 17.<sup>a</sup> | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### Cláusula 18.<sup>a</sup> | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. Não é admitida a cessão da posição contratual, nos termos estabelecidos do caderno de encargos, do acordo-quadro de combustíveis rodoviários.
2. O contrato tem caráter intuitu personae, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte a execução do seu objeto.
3. Excetua-se da proibição do número anterior, a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
4. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pelo fornecimento dos bens objeto do contrato.

|                                                                                   |                                                |                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
|  | <b>CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS</b> |                                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>NOME DO PROCEDIMENTO</b>                    | <b>Fornecimento de Combustíveis Rodoviários</b> |                                           |
|                                                                                   | <b>NIPG</b>                                    | <b>10672/21</b>                                 |                                           |
|                                                                                   | <b>UNIDADE ORGÂNICA</b>                        | <b>DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE</b>   | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-02   06 |

#### Cláusula 19.<sup>a</sup> | **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula 20.<sup>a</sup> | **Boa-fé**

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos neles previstos, ou na lei, de forma abusiva.

#### Cláusula 21.<sup>a</sup> | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a sua contagem às regras previstas no artigo 471.º do CCP.

#### Cláusula 22.<sup>a</sup> | **Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos, aplica-se as disposições constantes do acordo-quadro e do disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP – na sua redação em vigor) e demais legislação aplicável.

### **CAPÍTULO VI – CLÁUSULAS TÉCNICAS**

#### Cláusula 23.<sup>a</sup> | **Cartões de abastecimento**

1. O fornecimento dos combustíveis rodoviários obriga à emissão, pela entidade fornecedora dos mesmos de um cartão de abastecimento por veículo, sem custos para a entidade adjudicante.
2. A entidade dos combustíveis deverá disponibilizar, nas instalações da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, os cartões de abastecimento no período máximo de oito (8) dias úteis, após a requisição dos mesmos pela entidade adjudicante.
3. Em caso de dano ou extravio de cartões, a entidade adjudicante comunicará à respetiva entidade adjudicatária a ocorrência do facto, devendo esta última, a partir do momento da tomada de conhecimento da situação, cancelar a validade do cartão.
4. Para efeitos do previsto no n.º 3, a entidade adjudicatária terá que facultar os contactos de telefone e endereço de correio eletrónico específicos para a notificação da ocorrência.
5. Cabe à entidade adjudicatária a responsabilidade pela utilização abusiva do cartão após a notificação da ocorrência.
6. As emissões do cartão, até à 3.<sup>a</sup> via anual por cartão, não têm custos adicionais para o Município de Espinho.
7. Os cartões de abastecimento devem prever os requisitos e funcionalidades necessários à emissão dos relatórios de gestão.

|  | CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE BENS |                                          |                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------------------|-----------------------------------|
|                                                                                   | NOME DO PROCEDIMENTO                    | Fornecimento de Combustíveis Rodoviários |                                   |
|                                                                                   | NIPG                                    | 10672/21                                 |                                   |
|                                                                                   | UNIDADE ORGÂNICA                        | DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E AMBIENTE   | CODIFICAÇÃO<br>PS02-00-IMP-02  06 |

#### Cláusula 24.<sup>a</sup> | Relatórios de gestão

1. É obrigação da entidade adjudicatária facultar os relatórios de gestão que constam do número seguinte.
2. Os relatórios de gestão devem individualizar, por cartão de abastecimento, no mínimo, os seguintes elementos:
  - a. Identificação da entidade adjudicatária;
  - b. Identificação da entidade adjudicante;
  - c. Identificação do cartão de abastecimento;
  - d. Identificação do veículo (matrícula) e respetiva quilometragem;
  - e. Local (posto de abastecimento), data e hora do abastecimento;
  - f. Tipo de combustível respetivo Preço de referência por litro e a quantidade fornecida;
  - g. Valor do abastecimento antes dos descontos;
  - h. O desconto unitário por litro de combustível aplicado;
  - i. Valor do desconto;
  - j. Valor do abastecimento depois de deduzido o desconto.
3. A periodicidade dos relatórios de gestão é mensal.
4. Os relatórios deverão ser enviados por correio eletrónico, em suporte PDF e em suporte editável de folha de cálculo Excel, para o endereço [carolina.santos@cm-espinho.pt](mailto:carolina.santos@cm-espinho.pt).

Espinho, 2 de dezembro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,



Miguel Reis  
PRESIDENTE DA CÂMARA  
Nº Func.:1766 02-12-2021  
Assinatura Digital Qualificada